MAGAZINE EUROPA Catarina Domingues
19 Dezembro 2017

I.

União Europeia vai avançar para segunda fase de negociações do Brexit com o Reino Unido. A partir de Março deverão discutir-se questões relacionadas com o comércio e segurança.

A decisão foi tomada no último Conselho Europeu do ano, que ficou também marcado por divisões na política europeia para a migração. Alemanha pede mais solidariedade.

Nesta edição ainda: Bloco Europeu estabelece formalmente mecanismo da Cooperação Estruturada Permanente. Três estados-membros mantêm-se de fora desta união na área da defesa e da segurança.

II.

Bem-vindos ao Magazine Europa.
A União Europeia aprovou a abertura da segunda fase de negociações do Brexit. A luz verde foi dada no segundo dia do Conselho Europeu, que decorreu no final da semana passada, em Bruxelas.
O Conselho concordou negociar a proposta britânica para um período de transição de cerca de dois anos. Realçou, porém, que Londres vai deixar de poder participar, nomear ou eleger membros das instituições da União Europeia e que durante esse período transitório vai continuar a fazer parte da união aduaneira e do mercado único europeu.
Donald Tusk, presidente do Conselho Europeu, falou na ocasião de um caminho difícil.

Donald Tusk, Presidente do Conselho Europeu
Claro que é dramaticamente difícil. Sem dúvida que a segunda fase será ainda mais exigente e difícil do que a primeira fase.

Após um pré-acordo assinado sobre os valores da factura do Brexit e sobre os direitos dos cidadãos, a nova ronda de negociações vai incidir na relação bilateral para o período de transição, cujos termos ainda estão por definir, e também na futura relação comercial com o Reino Unido.

Ao telefone a partir de Bruxelas está Victor Ângelo, comentador residente do *Magazine Europa* e consultor internacional, baseado na capital belga.

Victor, Donald Tusk e Angela Merkel já avisaram que a próxima ronda de negociações vai ser ainda mais exigente e também dura. O que é que significam estas palavras neste contexto?
O próximo tema é um tema muito complexo, com muita minúcia, muito pormenor. É a questão das relações comerciais e das relações financeiras entre o Reino Unido e a União Europeia. E tudo o que são negociações comerciais e de comércio externo, por isso, tudo o que são relações desse tipo, são extremamente minuciosas, muito demoradas e muito complicadas, porque trata-se de discutir às vezes produto por produto e isso evidentemente vai ser complicado, porque são interesses económicos que estão em jogo e, por outro lado, é fastidioso.

Theresa May acredita que o Reino Unido vai sair da União Europeu em Março de 2019, com o processo de negociações que terá um desfecho feliz até lá. Este cenário o mais realista?
Eu creio que está tudo em aberto neste momento. A verdade é que últimas sondagens de opinião no Reino Unido mostram que a opinião pública britânica se está a virar contra o Brexit. Isto significa, por um lado, que a opinião pública está neste momento numa situação completamente diferente e tem uma posição completamente diferente em relação à posição do ano passado. Por outro lado, existem movimentos neste momento e alguns deles com bastante enraizamento popular no sentido da realização de um segundo referendo sobre o Brexit. Tudo dependerá evidentemente da posição do Labour Party. Se o Partido Trabalhista decidir continuar a apoiar o Brexit, é evidente que não haverá um novo referendo, mas também poderá acontecer que uma boa parte da opinião dentro do Partido Trabalhista evolua no sentido de se fazer uma nova consulta popular, sobretudo se eles sentirem que a opinião pública está a cambiar. Por outro lado, nota-se que personalidades muito importantes, incluindo o antigo primeiro-ministro Tony Blair, estão neste momento a lançar campanhas no sentido de manter a Grã-Bretanha na União Europeia. E é verdade que o parlamento britânico vai votar novamente no Outono do ano que vem sobre as condições do Brexit e é muito provável que à volta desse voto em Westminster, haja toda uma corrente de opinião pública no sentido de que mais tarde ou mais cedo possa ser necessário realizar um novo referendo.

Mas o que é que isso quer dizer, que ainda há hipóteses de contrariar o Brexit?
A minha análise é que não, é que quando um processo deste tipo entra em movimento, é muito difícil de contrariar uma situação dessas. Mas também é verdade que há neste momento a compreensão - ao nível de muitos sectores económicos, de muitos sectores da opinião pública britânica e sobretudo nas populações

urbanas e nas populações mais jovens - de que o Brexit é uma situação e é uma decisão desfavorável ao Reino Unido, é uma situação que vai comprometer o desenvolvimento económico, social e a inserção europeia do Reino Unido e, por isso, é muito provável que se venha assistir durante o ano de 2018 a um crescendo, no sentido de que esta questão do Brexit deva ser posta em causa.

III.

Uma das questões que continua a dividir os estados-membros da União Europeia é a migração. Durante o Conselho Europeu, a chanceler alemã Angela Merkel pediu mais solidariedade.

Angela Merkel, Chanceler da Alemanha
A solidariedade não deve apenas aplicar-se externamente, mas também na solidariedade interna. Isso tem de ser trabalhado. Não pode haver membros que sejam solidários e outros que recusem a solidariedade. Para mim isso não combina.

Entretanto, o presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, disse que a questão das quotas para acolhimento de refugiados vai ser trabalhada até Março e decidida em Junho.

Victor, Polónia, Hungria, República Checa e Eslováquia opõem-se ao actual esquema de quotas para receber migrantes. Este é um dos problemas que passa para 2018. Como é que deve a União Europeia lidar com esta divisão interna?
A questão da política migratória é uma questão muito delicada e que pode fracturar a União Europeia. Neste momento, aliás, já existe uma certa fractura entre os países tradicionais e ocidentais da União Europeia e os países da Europa Central e do Leste. É uma questão muito delicada, é uma questão que gira à volta do ponto seguinte: deve haver uma política comum de migrações ou deve a questão da migração ser uma questão que deve ser decidida Estado a Estado? Neste momento, a posição oficial da União Europeia é que é preciso que haja uma política comum de migrações. No entanto, há vários países que continuam a pensar – e nomeadamente os países que acabas de mencionar – que esta é uma questão meramente nacional e que nesses países não há uma tradição de aceitar imigrantes vindos de culturas diferentes e esta questão é uma questão extremamete sensível nesses países. O que é que irá acontecer durante o ano 2018? Por um lado, há uma vontade clara dos dirigentes europeus de chegar a um acordo em relação a esta questão. É uma questão que se tem arrastado, que tem criado muitas tensões. A última tensão foi entre o presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, e o Comissário da Comissão Europeia responsável pelas migrações, Dimitris Avramopoulos. Esta tensão

foi uma tensão muito visível, em que o comissário europeu criticou abertamente na comunicação social as posições de Donald Tusk. As posições de Donald Tusk são posições que neste momento estão mais próximas das posições polacas, húngaras ou checas do que da posição de Bruxelas. Por isso, isto cria muitas divisões, mas há por outro lado, como eu dizia, uma certa vontade de se encontrar uma posição comum. Creio, no entanto, que vai ser muito difícil.

IV.

Membros do bloco europeu deram mais um passo para o estabelecimento de uma união de defesa. O PESCO foi formalmente lançado e Portugal é membro. Mais com a jornalista Sofia Jesus.

O mecanismo da Cooperação Estruturada Permanente no domínio da segurança e defesa, também conhecido como PESCO, foi introduzido pelo Tratado de Lisboa, em 2007.
Na semana passada - dez anos depois - a criação desta rede de defesa foi aprovada pelo Conselho da União Europeia.
O quadro prevê a possibilidade de vários Estados-Membros da União Europeia cooperarem mais estreitamente no domínio da segurança e da defesa. Vai permitir que as nações dispostas e aptas a desenvolver conjuntamente capacidades de defesa, invistam em projectos comuns e melhorem a disponibilidade operacional e o contributo das suas forças armadas.
Dos 28 membros do bloco europeu, três escolheram não participar. São eles Malta, Dinamarca e o Reino Unido.
Federica Mogherini, Alta Representante para a Política Externa e Segurança da União Europeia, afirmou que esta é uma decisão histórica. Já o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, escreveu no *twitter* que a Bela Adormecida do Tratado de Lisboa está acordada".

Victor, que importância efectiva é que pode ter este novo mecanismo de defesa?
Há aqui questões de coordenação que são questões fundamentais. Eu lembro-me sempre do que aconteceu na Somália há pouco tempo em que a União Europeia tinha uma missão militar de apoio ao governo legítimo da Somália, era uma missão militar composta por 12 nações europeias e isto significava que havia 12 tipos de espingardas, 12 tipos de munições, vários tipos de peças sobressalentes, ou seja, uma total descoordenação que criava imensos problemas, não só de logística, mas também de operações conjuntas. O PESCO, que é uma Cooperação Estruturada Permanente entre os países da União Europeia, vai permitir uma certa harmonização, não só do armamento, como também da

formação profissional dos militares e é nesse sentido que se irá avançar na primeira fase. A grande questão que se põe é se isto é o embrião de um exército europeu futuro. Para alguns será e eu penso que Jean-Claude Juncker é certamente a favor da criação a prazo de um exército europeu. Penso também que o presidente francês Emmanuel Macron também é a favor de um exército europeu. Mas há outros países europeus que o não são, nomeadamente Portugal e também países muito importantes do ponto de vista militar, como a Polónia. A Polónia tem imensas dificuldades em aceitar que haja um exército europeu, porque pensa que haver um exército europeu significaria fundamentalmente que seria um exército subordinado à liderança e ao comando das forças da Alemanha e das forças de França. E isso evidentemente para os polacos lembra velhos fantasmas que a história ainda não conseguiu matar e fantasmas esses que não permitirão nunca ao exército polaco sentir-se sob o controlo, por exemplo, dos alemães.

Portugal acabou por juntar-se então a este grupo de 25 estados-membros que decidiram aderir. No entanto, Dinamarca e Malta, além do Reino Unido, que está de saída da União Europeia, decidiram ficar de fora. Porquê?
Esses países - a Dinamarca e a Malta - têm uma política de defesa muito única, muito especial, em que eles pensam que não devem fazer parte de qualquer tipo de aliança europeia. A Dinamarca já faz parte da NATO e considera que dentro da NATO desempenha um papel relativamente importante, tendo em conta a sua dimensão, mas não quer entrar na construção de um exército europeu porque quer manter uma grande independência em relação ao resto da Europa. Provavelmente no sentido de mais tarde ou mais cedo poder jogar um papel de ponte entre, por exemplo, o resto da Europa e inimigos exteriores ou adversários exteriores. A verdade também é que este tipo de Cooperação Estruturada Permanente, PESCO, não tem muito que ver com a defesa colectiva da Europa. A defesa colectiva da Europa continuará a ser assegurada pela NATO. Tem mais a ver com a cooperação entre os países europeus em matéria de formação, como eu dizia, e em matéria de armamento e de investimento em novas técnicas militares. E tem sobretudo a ver com a projecção do papel da União Europeia noutras partes do mundo. Ou seja, este PESCO permitirá à União Europeia, pensa-se que assim será, intervir mais rapidamente em missões de paz, sejam elas no Mali, no Níger ou noutras partes do mundo, coisa que neste momento não é muito ágil. A União Europeia tem sido relativamente lenta em termos de assegurar um papel global nas questões de manutenção de paz.

O Victor referiu a NATO. E no lançamento formal do mecanismo, Donald Tusk disse que, durante muitos anos, o principal argumento contra o PESCO era precisamente o enfraquecimento a NATO. No entanto, realçou que o que acontece é exactamente o contrário, que uma defesa europeia forte fortalece de forma natural a NATO". Esta leitura é acertada?
A leitura de Donald Tusk tem que ser uma leitura que vá no sentido de afirmar que o PESCO vai reforçar o papel da NATO na defesa colectiva da Europa. Se isso não acontecesse ou se ele não o dissesse de modo muito claro, é evidente que vários países europeus não estariam dispostos a contribuir para esta Cooperação Estruturada Permanente. Porque para muitos países europeus, incluindo para a Polónia, para Portugal e para os países bálticos, por exemplo, a questão da NATO é uma questão fundamental. Eles pensam que, de facto, a defesa da Europa passa pela participação e pelo reforço da NATO. E esse reforço da NATO passa - nas palavras de Donald Tusk, e naquilo que foi dito agora à volta desta nova iniciativa de defesa europeia - por uma certa harmonização da operacionalidade das forças europeias. Se isso for assim, é evidente que as duas iniciativas são complementares. A iniciativa do PESCO é complementar da iniciativa que tem em vista o reforço da capacidade de defesa colectiva do Tratado do Atlântico Norte, da NATO.

V.

Ao telefone Victor Ângelo, comentador do Magazine Europa, baseado em Bruxelas.

E antes de terminar, a nossa nota cultural.
O Arquivo Digital do "Livro do Desassossego" foi lançado e está online. Chama-se também "Arquivo LdoD" e apresenta imagens de documentos autografados, transcrições desses documentos e transcrições das quatro edições da obra de Fernando Pessoa.
Este arquivo permite também que os utilizadores colaborem na criação de edições virtuais do Livro do Desassossego. Pode ser consultado em: https://ldod.uc.pt/

Nós ficamos por aqui. Até para a semana!

[ficha técnica]

Com edição e apresentação de Catarina Domingues, análise de Victor Ângelo e coordenação de Hélder Beja, Magazine Europa resulta de uma colaboração entre a Rádio Macau e a Universidade de Macau no âmbito do projecto Jean Monnet Magazine Europa.

As opiniões aqui expressas não representam necessariamente as posições oficiais das diversas instituições da União Europeia.

O projecto Jean Monnet Magazine Europa é uma parceria entre a Universidade de Macau e o Instituto de Estudos Europeus de Macau, co-financiada pela União Europeia no quadro do Programa Erasmus +.

Estamos no Facebook em Magazine Europa.